

TRABALHO ■ Promotores aceitam flexibilização, mas cobram concursos

MP admitirá temporário na rede de saúde

ROBERTO RODRIGUES/GDF



Bandarra recebe Arruda e sua equipe: inovações emergenciais virão

Priscilla Machado

O governador José Roberto Arruda (DEM) e o secretário de Saúde, José Geraldo Maciel, reuniram-se ontem com representantes do Ministério Público do Distrito Federal (MP), para discutir a terceirização dos serviços da área da saúde. O MP, que a princípio demonstrou ser contra a medida, agora se mostra mais flexível, desde que seja adotada apenas em caráter emergencial. O procurador-geral de Justiça, Leonardo Bandarra, disse que o tema é polêmico e merece análise mais detalhada.

— Nada está decidido, mas nada foi rechaçado pelo MP. Estamos empenhados na busca de uma solução legal para resolver o problema de saúde da capital — disse.

Bandarra afirmou que serão realizados estudos, entre o MP e GDF, para solucionar os pontos de estrangulamento da saúde pública do DF.

— Isso não quer dizer que nós estejamos afastando a proteção ao Sistema Único de Saúde, mas temos que estudar para que haja solução aos problemas emergenciais de uma forma mais rápida e mais eficiente — disse Bandarra.

O governador disse que fará quantas reuniões o MP achar necessário e que só irá definir quais setores serão terceirizados com o aval do MP.

— Iniciamos um debate amplo sobre a necessidade de dar eficiência a alguns setores da saúde. Estamos discutindo juntos, dentro dos limites da lei, o que a gente pode contratar de serviços terceirizados em alguns setores. E o governo pode rever tudo: não temos posição fechada sobre nada — afirmou Arruda.

A promotora de Justiça de Defesa da Saúde Ligia dos Reis disse que a recomendação do MP é para que o governo não realize a terceirização de maneira que repasse todos os serviços

para a iniciativa privada.

— Hoje, na reunião com o governador, percebemos que o GDF tem a intenção de reestruturar a rede pública. Não seria uma terceirização nos moldes que, a princípio, chegaram ao conhecimento da promotora — afirmou.

Mas a promotora manteve a posição contrária a contratação de anestesistas por meio de cooperativas.

— Devem ser realizados quantos concursos quantos foram necessários. Mas, até que se realize os concursos e preencham as vagas, pode ser utilizado contrato temporário, emergencial. Porém não concordamos que isso se faça por meio de cooperativas, porque cada participante da cooperativa trabalha quando

quer, faz o seu horário, o que é incompatível com o serviço público — afirmou.

No dia 23 de agosto, o MP entregou a Secretaria de Saúde termo de recomendação contra a proposta de terceirização de serviços da área. Com o Programa de Eficiência na Saúde, o GDF pretende contratar empresas privadas para os serviços de tomografia, raios-X, ecografia e também para a realização de exames laboratoriais. A justificativa é que a medida irá melhorar o atendimento à população.

O MP solicitou à Secretaria de Saúde vários documentos, que comprovem que a terceirização é a alternativa mais adequada. A Secretaria de Saúde tem 15 dias para entregar a documentação.